Brasil vai pagar mais pelos empréstimos

Diante da escassez mundial de recursos, o Brasil já está pagando, para conseguir empréstimos externos, um adicional equivalente a 50% dos juros básicos cobrados pelo sistema financeiro internacional. Com isso, como o País contratou ou espera contratar 28 bilhões de dólares, este ano, em empréstimos — incluindo a rolagem da dívida a vencer e a renovação de créditos de curto prazo — esses encargos adicionais, divididos em **spread**, quatro tipo de comissões e "despesas razoáveis" em aberto, representarão um ônus extra de 5%, ou seja, 1,4 bilhão de dólares além dos juros normais.

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, por sua vez, deve regressar hoje a Brasília. Essa informação foi dada no final da noite de sábado pelo chefe da assessoria internacional do Ministério, José Botafogo Gonçalves, depois de o ministro ter adiado a sua volta, prevista para aquela noite.

Antes, no período da manhã, Delfim havia-se encontrado, pela terceira vez desde sua chegada a Paris, novamente em local não revelado, com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière. Os dois comprometeram-se a não dar nenhuma informação à Imprensa sobre o teor de suas conversações. Sabe-se apenas que elas fazem parte das gestões que vêm sendo realizadas pelo governo brasileiro para renegociar sua dívida externa, que já é considerada a maior do mundo, chegando a 90 bilhões de dólares.

Os detalhes desse pedido de renegociação, porém, não foram revelados por Delfim, que, alegando não ter nada mais a dizer à Imprensa, também não explicou o motivo do adiamento de sua volta. Um de seus assessores, no entanto, disse que Delfim gostaria de ficar por mais algumas horas em Paris "em caráter particular".

Fluxo de caixa

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, almoça hoje com os economistas do subcomitê de economia do comitê de assessoramento da Fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira — Douglas Smee, do Banco de Montreal; Bryce Ferguson, do Citibank e Robin Chapman, do Lloyds Bank — para definir as projeções do fluxo de caixa do País para este ano e o próximo. Os economistas entregarão a nova avaliação sobre a economia brasileira para o presidente do comitê de assessoramento, William Rhodes, que reunirá os

O ministro Delfim Neto retorna hoje ao Brasil, provavelmente com uma posição definida do FMI em relação à nossa dívida, que ficará mais cara, com juros e comissões mais altas.

14 dos maiores bancos internacionais para examinar as possibilidades de liberação de novos US$ 3,6 bilhões, ainda este ano, e US$ 5,4 bilhões em 1984.

A decisão do Brasil de suspender o pagamento de US$ 2 bilhões, até 1984, aos governos e instituições oficiais dos países industrializados favorece as negociações brasileiras com o comitê de asessoramento, já que o País terá maiores disponibilidades para reduzir os atrasos no pagamento de juros aos bancos internacionais — em torno de US$ 1,8 bilhão, até o início da semana passada.

A ida do Brasil ao Clube de Paris, formalizada na última sexta-feira pelo ministro do Planejamento Delfim Neto, ampliou os ingredientes políticos na renegociação da dívida externa. Ontem, o chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, disse que o Itamaraty ainda não decidiu quem representará o Brasil na reunião de Caracas, entre 5 e 9 de setembro, convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para debater o endividamento externo dos países do continente. Segundo o assessor da Fazenda, tanto pode ir o chanceler Saraiva Guerreiro como o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ou os dois.

É possível que um dos temas da reunião seja justamente o custo da renegociação da dívida dos países latino-americanos, o que também já está preocupando até alguns banqueiros internacionais.

Na semana passada, o vice-diretor do departamento de Câmbio e Relações Comerciais do FMI, William Beveridge, confidenciava aos jornalistas brasileiros que o País deveria atentar também para o custo da renegociação da dívida com os bancos estrangeiros.

O ex-presidente do Banco Central e atual presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, confessou a surpresa com o elenco de encargos extras, mas ressalvou: "Se os créditos estão fechados, é preciso pagar caro para se obter alguma coisa".

Além do tradicional **spread**, mantido no patamar de 2,125% ao ano acima dos juros básicos do euromercado, o Brasil pagou, nas últimas operações sindicalizadas e com aval do Tesouro Nacional, comissões de gerenciamento, de agenciamento, de pré-pagamento e de compromisso e ainda "despesas razoáveis" em aberto — com certeza, um recorde mundial de encargos inusitados.

Alta comissão

A comissão de gerenciamento permanece no elevado percentual de 1,5% sobre o valor do empréstimo, com pagamento antecipado aos líderes dos empréstimos sindicalizados. Os coordenadores gerais dos quatro projetos do fracassado programa brasileiro de ajuste das contas externas deste ano, apresentado aos banqueiros em dezembro de 1982, Morgan Guaranty Trust, Citibank, Chase Manhattan e Bankers Trust, receberam uma alta comissão de agenciamento, mantida em sigilo pelo Banco Central. Na última sexta-feira, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) revelaram que o Morgan Guaranty Trust recebeu comissão de agenciamento de US$ 12,5 mil por ano para liderar um empréstimo sindicalizado de 122,5 milhões de marcos alemães, equivalente a US$ 45,88 milhões.

Os banqueiros introduziram até a comissão de compromisso de 0,5% ao ano sobre os valores não desembolsados. Assim, por exemplo, os bancos internacionais retêm a parcela restante de US$ 1,9 bilhão do jumbo de US$ 4,5 bilhões, contratado em fevereiro último, e mantém a cobrança do encargo de 0,5% ao ano para garantir os compromissos assumidos.

Também constitui encargo novo a cobrança da comissão de pré-pagamento de 1%. Mas a novidade maior fica por conta das "despesas razoáveis" sem teto específico e exigíveis mediante "a apresentação de extrato detalhado das despesas incorridas", conforme cláusula contratual aceita pelo Banco Central na aprovação dos empréstimos externos.